No. 41676

Brazil
and
Timor-Leste

Basic Agreement on technical cooperation between the Federative Republic of Brazil and the Democratic Republic of Timor-Leste. Dili, 20 May 2002

Entry into force: *7 December 2004 by notification, in accordance with article X*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 22 July 2005*

Brésil
et
Timor-Leste

Accord de base relatif à la coopération technique entre la Répuhlique fédérative du Brésil et la Répnblique démocratique du Timor-Leste. Dili, 20 mai 2002

Entrée en vigueur : *7 décembre 2004 par notification, conformément à l'article X*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 22 juillet 2005*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Democrática de Timor-Leste
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Reafirmando a continuidade da cooperação que o Brasil presta a Timor-Leste à luz do Protocolo de Cooperação Técnica firmado pelo Governo da República Federativa do Brasil e a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste, em 22 de julho de 2000;

Reconhecendo a importância de continuar a apoiar os esforços de Timor-Leste como Estado independente;

Convencidos da necessidade de serem criadas bases duradouras para a consolidação da sociedade lusófona e democrática em Timor-Leste;

Animados do desejo de promover e desenvolver as relações existentes entre ambos os países e desejosos de fortalecer os laços culturais e de amizade existentes entre o Brasil e Timor-Leste;

Convencidos da conveniência de dar ênfase e consolidar as condições para o desenvolvimento sustentável;

Reiterando a necessidade do desenvolvimento de ações de impacto social;

Reconhecendo a eficácia da cooperação técnica como instrumento para incrementar as relações e o diálogo político entre países;

Conscientes da necessidade de desenvolver a cooperação técnica na base dos princípios da igualdade de direitos, do respeito mútuo pela soberania e da não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado;

Conscientes da conveniência de executar programas, projetos e atividades de cooperação técnica em áreas de interesse comum consideradas prioritárias;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Acordo de Cooperação Técnica, doravante denominado "Acordo", tem por objeto promover a cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes, que serão oportunamente determinadas.

ARTIGO II

1. Para a implementação do objeto do presente Acordo serão desenvolvidos, por meio de ajustes complementares, programas, projetos e atividades de cooperação técnica.

2. Igualmente por meio de ajustes complementares, programas, projetos e atividades de cooperação técnica serão definidas as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os insumos necessários à implementação dos mencionados programas, projetos e atividades.

3. Dos programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos ao amparo do presente Acordo, poderão participar instituições dos setores público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países.

4. As Partes Contratantes poderão em conjunto ou separadamente buscar o financiamento necessário à execução dos projetos aprovados a fundos próprios junto a organismos internacionais, fundos, programas regionais e internacionais e outros doadores.

ARTIGO III

1. Serão convocadas reuniões entre representantes das Partes Contratantes para tratar de assuntos pertinentes aos programas, projetos e atividades de cooperação técnica, como:

a) avaliar e definir áreas comuns prioritárias em que seria viável a implementação de cooperação técnica;

b) definir mecanismos e procedimentos a serem adotados pelas Partes Contratantes;

c) examinar e aprovar Plano de Trabalho;

d) analisar, aprovar e implementar programas, projetos e atividades de cooperação técnica;

e) avaliar os resultados da execução dos programas, projetos e atividades implementados no âmbito deste Acordo.

2. Local e data das reuniões serão definidos por meio dos canais diplomáticos.

ARTIGO IV

Cada uma das Partes Contratantes garantirá que os documentos, informações e outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação deste Acordo não sejam divulgados, nem transmitidos a terceiros sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte Contratante.

ARTIGO V

As Partes Contratantes assegurarão ao pessoal enviado por uma das Partes, no âmbito do presente Acordo, todo o apoio logístico necessário, bem como aquele relativo à sua instalação, facilidades de transporte e acesso à informação indispensável para o cumprimento de suas funções específicas e outras facilidades a serem definidas nos Ajustes Complementares.

ARTIGO VI

1. Cada Parte Contratante concederá ao pessoal que se desloque de um país a outro no âmbito do presente Acordo, bem como aos seus dependentes legais, quando for o caso:

a) visto oficial, solicitado por canal diplomático;

b) isenção de impostos e demais gravames incidentes sobre importação de objetos de uso doméstico e pessoal, destinados à primeira instalação, sempre que o prazo de permanência no país anfitrião seja superior a um ano;

c) idêntica isenção àquela prevista na alínea "b" deste Artigo, quando da reexportação dos referidos bens;

d) isenção de impostos quanto a salários e vencimentos a cargo da instituição da Parte Contratante que os enviou. No caso de remunerações e diárias pagas pela instituição que os recebe, será aplicada a legislação do país anfitrião, observados os acordos de bitributação eventualmente firmados entre as Partes Contratantes;

e) facilidades de repatriação em situação de crise;

f) imunidade judiciária por palavras ditas ou escritas e por todos os atos praticados no exercício de suas funções.

2. A seleção do pessoal será feita pela Parte Contratante que o envie e deverá ser aprovada pela Parte Contratante que o recebe.

ARTIGO VII

O pessoal enviado de uma Parte Contratante à outra Parte Contratante no âmbito do presente Acordo deverá atuar em função do estabelecido em cada programa, projeto ou atividade e estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião, ressalvado o disposto no Artigo VI do presente Acordo.

ARTIGO VIII

1. Serão isentos de todas as taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação os bens, equipamentos e materiais eventualmente fornecidos, a qualquer título, por uma das Partes Contratantes à outra, para a execução de programas, projetos e atividades desenvolvidos no âmbito deste Acordo.

2. Ao término dos programas, projetos e atividades, todos aqueles equipamentos e materiais que não tiverem sido doados à outra Parte Contratante pela que os forneceu, serão reexportados com igual isenção de taxas, impostos e demais gravames de exportação e de importação.

ARTIGO IX

1. O presente Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, e será automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma

das Partes Contratantes manifeste, por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo. A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses depois da data de recebimento da respectiva notificação.

2. Em caso de denúncia do presente Acordo, os programas, projetos e atividades em execução não serão afetados, salvo quando as Partes Contratantes convierem diversamente de modo expresso.

ARTIGO X

1. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra, por via diplomática, do cumprimento das formalidades legais internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, que terá vigência a partir da data de recebimento da última dessas notificações.

2. O presente Acordo poderá ser emendado nos termos do parágrafo primeiro deste Artigo.

Feito em Díli, em 20 de maio de 2002, em dois exemplares em idioma português, igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Celso Lafer
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
José Ramos Horta
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

[TRANSLATION - TRADUCTION]

BASIC AGREEMENT ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF TIMOR-LESTE

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Democratic Republic of Timor-Leste (hereinafter referred to as the "Contracting Parties")

Reaffirming the continuation of cooperation provided by Brazil to Timor-Leste under the Protocol of Technical Cooperation signed by the Government of the Federative Republic of Brazil and the United Nations Transitory Administration for East Timor, on 22 July 2000;

Recognising the importance of continuing to support the efforts of Timor-Leste as an independent State;

Convinced of the need to create durable foundations for the consolidation of Portuguese-speaking and democratic society in Timor-Leste;

Desirous of promoting and developing the relations that exist between Brazil and Timor-Leste and of strengthening the bonds of friendship and culture that exist between the two countries;

Convinced of the need to emphasise and consolidate conditions for sustainable development;

Reiterating the need to undertake actions of social impact;

Recognising the effectiveness of technical cooperation as a tool for strengthening relations and political dialogue between countries;

Aware of the need to develop technical cooperation based on the principles of equal rights, mutual respect for sovereignty and non-interference in the internal affairs of each State;

Aware of the need to undertake programmes, projects and technical cooperation activities in priority areas of common interest;

Have agreed as follows:

Article I

The present Technical Cooperation Agreement (hereinafter referred to as the "Agreement") aims to promote technical cooperation in areas considered priorities by the contracting parties, to be specified in due course.

Article II

1. To fulfil the purpose of this Agreement, programmes, projects and technical cooperation activities will be developed through complementary arrangements.

2. The executing institutions, coordinating agencies and inputs needed to implement the aforementioned programmes, projects and activities will also be defined through complementary arrangements.

3. Participants in the programmes, projects and activities to be developed under this Agreement, may include institutions from the public and private sectors, in addition to non-governmental organizations from both countries.

4. The contracting parties may, either jointly or separately, seek the financing needed to execute projects approved for internal funding, through international agencies, funds, regional and international programmes and other donors.

Article III

1. Meetings will be convened between representatives of the Contracting Parties to resolve issues relating to the said programmes, projects and technical cooperation activities, such as:

(a) Evaluation and definition of common priority areas in which technical cooperation would be feasible to implement;

(b) Definition of mechanisms and procedures to be adopted by the Contracting Parties;

(c) Analysis and approval of the work plan;

(d) Analysis, approval and implementation of programmes, projects and technical cooperation activities; and

(e) Evaluation of the results of execution of the programmes, projects and activities implemented under this Agreement.

2. The place and date of the meetings shall be defined through diplomatic channels.

Article IV

Each of the Contracting Parties shall guarantee that the documents, information or other knowledge obtained during the implementation of this Agreement shall not be disclosed or transmitted to third parties without the prior written consent of the other Party.

Article V

The Contracting Parties shall ensure to personnel sent by one of the Parties under this Agreement, any support in terms of logistics, installation, transport facilities and access to information required for them to fulfil their specific functions, together with other facilities to be specified in complementary arrangements.

Article VI

1. Each Contracting Party shall extend to the personnel to be sent to the country of the other Party under this Agreement, and to their legal dependents as the case may be:

(a) An official Visa, requested through the diplomatic channel;

(b) Exemption from duties and other taxes on the importation of objects for personal and domestic use, during their first assignment, as long as the period of residency in the host country is more than one year;

(c) Identical exemption to that mentioned in item (b) of this article, when the same goods are being re-exported;

(d) Exemption from taxes on salaries and fees paid to them by the institution of the Contracting Party that set them. In the case of remuneration and daily payments from the receiving institution, the legislation of the host country shall apply, with due regard to any reciprocity agreements that may be signed by the Contracting Parties;

(e) Repatriation facilities at times of crisis;

(f) Immunity from legal process in respect of words spokcn or written and of all actions carried out in the performance of their official duties.

2. The selection of personnel shall be made by the sending Contracting Party and should be approved by the receiving Contracting Party.

Article VII

The personnel sent by one Contracting Party to the other under this Agreement shall be guided by the provisions established in each programme, project or activity, and shall be subject to the laws and regulations in force in the territory of the host country, except as provided in article VI of this Agreement.

Article VIII

1. Any goods, equipment and materials supplied by one of the Contracting Parties to the other, for use in the execution of programmes, projects and actions under this Agreement, shall be exempt from all import and export duties and taxes.

2. On completion of the said programmes, projects and activities, any equipment and material that has not been donated to the other Contracting Party by the Party that supplied them shall be re-exported with equal exemption from taxes, charges and other export or import duties.

Article IX

1. This Agreement shall remain in force for a period of five years and shall be renewed automatically for successive periods of the same duration, unless one of the Parties gives notice through the diplomatic channel of its intention to denounce it. Such denunciation shall take affect six months after the date on which the corresponding notification is received.

2. Denunciation of this Agreement shall not affect the implementation of ongoing programmes, projects and activities, unless the Contracting Parties explicitly decide otherwise.

Article X

1. Each Contracting Party shall notify the other, through the diplomatic channel, of completion of the domestic legal formalities required for the entry into force of this Agreement, which shall enter into force on the date of the last of such notifications.

2. This Agreement may be amended under the terms of the first paragraph of this article.

Done at Dili on 20 May 2002 in two originals in the Portuguese language, both texts being equally valid and authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO LAFER
Minister of State for Foreign Relations

For the Government of thc Democratic Republic of Timor-Leste:

JOSÉ RAMOS HORTA
Minister of Foreign Affairs and Cooperation

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD DE BASE RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU TIMOR-LESTE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République démocratique du Timor-Leste (dénommés ci-après les "Parties contractantes"),

Réaffirmant la poursuite de la coopération fournie par le Brésil au Timor-Leste en vertu du Protocole de coopération technique signé lc 22 juillet 2000 par le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et l'Administration transitoire des Nations Unies pour le Timor-Leste,

Reconnaissant l'importance de continuer à soutenir les efforts déployés par le Timor-Leste en tant qu'État indépendant,

Convaincus de la nécessité de créer les fondements durables pour la consolidation d'une société démocratique parlant le portugais au Timor-Leste,

Désireux de promouvoir et de développer les relations qui existent entre le Brésil et le Timor-Leste et de renforcer les liens d'amitiés et culturels qui existent entre les deux pays,

Convaincus de la néeessité d'encourager et de consolider les conditions d'un développement durable,

Réitérant la nécessité d'entreprendre des actions ayant un impact social,

Reconnaissant l'efficacité de la coopération technique en tant que moyen destiné à consolider les relations et le dialogue politique entre les pays,

Conscients de la nécessité de développer une coopération technique basée sur les principes d'égalité des droits, de respect mutuel de la souveraineté et de non-ingérence dans les affaires intérieures de chaque État,

Conscients de la nécessité d'entreprendre des programmes, des projets et des activités menées dans le cadre de la coopération technique dans des domaines prioritaires présentant un intérêt commun,

Sont convenus de ce qui suit:

Article premier

Le présent Accord de coopération technique (dénommé ci-après l'" Accord ") vise à promouvoir la coopération technique dans des domaines considérés comme prioritaires par les Parties contractantes et qui seront spécifiés en temps utile.

Article II

1. Pour atteindre le but fixé par le présent Accord, des programmes, des projets et des aetivités menées dans le cadre de la coopération technique seront développés dans des arrangements complémentaires.

2. Les instances d'exécution, les bureaux de coordination et les ressources nécessaires à la réalisation des programmes, projets et activités ci-dessus seront également définis dans des arrangements complémentaires.

3. Les participants à ces programmes, projets et activités devant être développés dans le cadre du présent Accord peuvent inclure des organismes émanant des secteurs public et privé, en sus des organisations non gouvernementales en provenance des deux pays.

4. Les Parties contractantes peuvent, conjointement ou séparément, solliciter le financement nécessaire pour réaliser les projets approuvés auprès d'organisations internationales, de fonds, de programmes régionaux et internationaux et d'autres donateurs.

Article III

1. Des réunions seront organisées entre les représentants des Parties contractantes pour résoudre les problèmes soulevés par lesdits programmes, projets et activités menées dans le cadre de la coopération technique, tels que:

(a) Évaluation et définition des domaines prioritaires communs dans lesquels une coopération technique pourrait être réalisable,

(b) Définition des mécanismes et procédures à adopter par les Parties contractantes,

(c) Analyse et approbation du plan de travail,

(d) Analyse, approbation et mise en oeuvre des programmes, projets et activités menées dans le cadre de la coopération technique, et

(e) Évaluation des résultats de l'exécution des programmes, projets et activités mis en oeuvre dans le cadre du présent Accord.

2. L'endroit et la date des réunions seront définis par la voie diplomatique.

Article IV

Chacune des Parties contractantes garantit que les documents, informations ou autres connaissances obtenus durant la réalisation du présent Accord ne seront pas divulgués ou transmis à des tiers sans le consentement écrit préalable de l'autre Partie.

Article V

Les Parties contractantes assureront au personnel envoyé par l'une des Parties dans le cadre du présent Accord l'appui logistique et les facilités nécessaires en matière d'installation, de transport et d'accès aux informations dont ils ont besoin pour remplir leurs fonctions spécifiques, ainsi que d'autres facilités qui seront définies dans des arrangements complémentaires.

Article VI

1. Chaque Partie contractante accordera au personnel appelé à exercer leurs fonctions dans le pays de l'autre Partie dans le cadre du présent Accord et, le cas échéant, aux personnes légalement à leur charge:

(a) Un visa officiel demandé par la voie diplomatique,

(b) L'exonération des impôts et autres taxes à l'importation d'objets à usage domestique et personnel lors de la première installation, à condition que le séjour dans le pays hôte soit supérieur à un an,

(c) Une exonération similaire à celle qui est prévue à l'alinéa (b) du présent article lors de la réexportation des biens visés,

(d) L'exemption des impôts sur les traitements et salaires qui leur sont versés par l'institution de la Partie contractante qui les a envoyés. Dans le cas d'une rémunération et de per diem reçus de l'institution d'accueil, la législation du pays hôte sera d'application, en tenant compte des accords de réciprocité susceptibles d'avoir été signés par les Parties contractantes,

(e) Les facilités de rapatriement en période de crise,

(f) L'immunité de poursuites en justice pour les déclarations et écrits et pour toutes les autres actions effectuées dans l'exercice de leurs fonctions officielles.

2. La sélection du personnel sera effectuée par la Partie contractante expéditrice et approuvée de préférence par la Partie contractante d'accueil.

Article VII

Le personnel envoyé par une Partie contractante à l'autre en application du présent Accord suivra les dispositions établies dans chaque programme, projet ou activité et sera soumis à la législation et aux réglementations en vigueur sur le territoire du pays hôte, à l'exception de ce qui est prévu à l'article 6 du présent Accord.

Article VIII

1. Les marchandises, les équipements et le matériel livrés par une des Parties contractantes à l'autre pour réaliser les programmes, les projets et mener les actions dans le cadre du présent Accord seront exonérés des droits et taxes d'importation et d'exportation.

2. À l'achèvement desdits programmes, projets et activités, les équipements et le matériel qui n'ont pas été donnés à l'autre Partie contractante par la Partie qui les a fournis seront de même réexportés en exonération des taxes, impôts et autres droits d'exportation ou d'importation.

Article IX

1. Le présent Accord aura une validité initiale de cinq ans et pourra être prorogé de plein droit à raison de périodes successives de même durée, à moins que l'une des Parties

contractantes n'informe l'autre par la voie diplomatique de son intention de le dénoncer. Cette dénonciation prendra effet six mois après la date à laquelle la notification en question a été reçue.

2. La dénonciation du présent Accord n'affectera pas le déroulement des programmes, des projets et des activités, à moins que les Parties contractantes n'en décident explicitement autrement.

Article X

1. Chaque Partie contractante informera l'autre, par la voie diplomatique, de l'accomplissement des formalités juridiques internes nécessaires pour la validation du présent Accord, lequel entrera en vigueur à la date de la dernière notification.

2. Le présent Accord peut être amendé dans les conditions du premier paragraphe de cet article.

Fait à Dili le vingt mai deux mille deux en deux exemplaires originaux rédigés en langue portugaise, les deux textes faisant foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO LAFER
Ministre d'État pour les relations extérieures

Pour le Gouvernement de la République démocratique du Timor-Leste :

JOSÉ RAMOS HORTA
Ministre des affaires étrangères et de la coopération